

5

TURBULÊNCIAS À DIREITA E À ESQUERDA

Todo o primeiro esforço de negociação resultou num acordo interino, ou provisório, com os bancos credores privados. Com a data de 6 de novembro de 1987, esse acordo estipulava basicamente que o Brasil deveria fazer um pagamento simbólico, enquanto os bancos, de sua parte, forneceriam um financiamento. O pagamento brasileiro mais o financiamento serviriam para saldar parte dos juros devidos pelo Brasil. Quer dizer, o dinheiro voltava para os bancos. De outra parte, no acordo interino estabeleciam-se princípios e regras nos quais se baseariam as negociações e o acordo definitivo, para um futuro breve.

Para os bancos, isso significava que receberiam algum pagamento, suspenso desde a moratória de 20 de fevereiro de 1987. Com isso, a dívida brasileira não foi desclassificada. Para o governo brasileiro, a vantagem desse acerto provisório estava na retomada de negociações com base em novos princípios.

Em todo caso, a questão foi extremamente polêmica no Brasil. Para setores conservadores, cujas opiniões freqüentemente refletem o pensamento dos credores externos, o ministro Bresser Pereira estava tentando impor condições inviáveis para a negociação — especialmente a questão do desconto da dívida. Estava, assim, afrontando o sistema financeiro. Para os setores mais progressistas, freqüentemente vítimas de um nacionalismo canhestro, Bresser, ao contrário, estava cedendo aos bancos e saindo da moratória sem nada nas mãos.

O debate sobre fazer ou não acordo com o FMI reaparece fortemente nestas entrevistas de novembro e dezembro de 1987.

No lado interno, a situação política torna-se cada vez mais difícil para o ministro da Fazenda, que começa a entrar em rota de colisão com o Palácio do Planalto. Surgem diversos pontos de atrito entre o ministro da Fazenda e o chamado círculo íntimo do Planalto, de composição variada, conforme o caso. Surge a proposta de criação das Zonas de Processamento de Exportação, ZPEs, idéia levada pelo então ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, e que Bresser achava uma barbaridade. Os militares acertam diretamente com o presidente um aumento de seus vencimentos que desautoriza toda a política salarial. Finalmente, o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, recebe o apoio de amigos do presidente em sua briga contra o Ministério da Fazenda por aumentos de preços de seus carros. O presidente Sarney adota comportamento ambíguo: manifesta apoio a seu ministro da Fazenda, pede que ele permaneça no posto, ouve suas propostas, mas continua mantendo e ouvindo todos aqueles colaboradores próximos que atacam o ministro.

Nesse tiroteio, Bresser tenta o último lance forte de seu programa, uma reforma tributária, fundada nas análises do Plano de Controle Macroeconômico. O objetivo era o de aumentar a carga fiscal, mas basicamente através da taxaço de rendimento de capital e outras rendas mais elevadas.

Entrevista ao *Jornal da Tarde*, de 9.11.1987.

P.: Antes de tudo, gostaríamos de repassar alguns assuntos do momento, o acordo preliminar com os bancos privados. Foi o que o senhor esperava mesmo?

R.: Estamos fazendo um depósito de US\$ 500 milhões que servirá para pagar juros dos meses de outubro, novembro e dezembro. Você pode considerar isso um *token payment*, um pagamento simbólico. Vamos já pagar esses três meses. Não está resolvido como vamos pagar os juros de janeiro a julho de 88 porque, se nós conseguirmos fechar o nosso acordo com os bancos privados até 15 de janeiro; só receberemos em julho ou até depois disso o desembolso dos bancos. E, enquanto isso, não existe previsão de financiamento para pagamento de juros a partir de janeiro. E o Brasil só pagará juros a partir de janeiro. Por-

tanto, o Brasil só suspenderá a moratória — e esse pagamento simbólico não é a suspensão da moratória — com duas condições: que haja esse acordo final (e eu esperaria que fosse antes, fosse feito até 31 de dezembro, pois nós podemos pagar janeiro), e, segundo, que houvesse uma previsão de financiamento de juros para janeiro, fevereiro, março e abril, maio, junho e julho. Não está feito ainda e eu não sei como vai ser feito. Se não houver, continua a moratória até que isso se resolva.

P.: Houve avanço aí?

R.: Esse acordo teve dois avanços importantes para o Brasil. Um: o Brasil conseguiu dos bancos a desvinculação entre os desembolsos dos bancos e o acordo que faremos com o FMI. Também estamos comprometidos a procurar um acordo com o FMI, que, claro, será feito de acordo com os nossos interesses. Mas nós vamos procurar, honestamente, de boa-fé, fazer um acordo com o FMI. Segundo: conseguimos que o acordo seja de três anos. Nunca se fez isso. Sempre um ano. Os acordos com o México e Argentina foram sempre de um ano. Está estabelecido que o acordo será para 87, 88 e 89. Há ainda outra coisa: um *statement*, que não é ainda uma autorização final, mas um *statement* bem avançado, de que eles autorizarão os títulos de longo prazo.

P.: O que está faltando, então, para fechar o acordo definitivo?

R.: Falta muita coisa. Tem-se de discutir o *spread*, discutir o volume do financiamento, que é extremamente importante, e... e vai ter muita coisa ainda... Essa é uma negociação assim meio infernal, não só para nós. Para nós e para eles... É ruim para todo mundo...

P.: Como o PMDB, o seu partido, recebeu esse primeiro acerto?

R.: O telegrama dos banqueiros fala que eu vou ao FMI. Eu estou cansado de dizer há meses que nós iremos ao FMI, mas isso está causando, em alguns setores do PMDB, preocupação. Tanto que é muito importante que eu esclareça que o nosso telegrama está desvinculado e isso faz parte do acordo. Só que há certos acordos que as partes resolvem por explicitamento dos dois lados e há certos acordos que se fazem na base do “quem cala, consente”. É isso. Agora, a alternativa para isso, se nós não pusessemos que iríamos ao FMI, o que é que aconteceria? Aconteceria, primeiro, que não faríamos esse acordo, porque foi condição fundamental do governo americano. Significaria, portanto, que nós teríamos de partir para o confronto com o sistema financeiro internacional. Interrompíamos negociações, e acabou-se. Significaria que teríamos de partir para uma decisão unilate-

ral, que não é razoável, neste momento. Nós temos de tentar um acordo mesmo, desde que interesse ao Brasil. Desde que seja um acordo que obedeça aquele princípio básico que eu estabeleci, quando comecei essa negociação, que deveria ser um claro avanço em relação aos acordos que fizeram anteriormente a Argentina e o México, e as Filipinas.

P.: Ministro, é possível o senhor explicar exatamente qual a diferença entre um acordo vinculado ao FMI e um não vinculado?

R.: O FMI pode ser um incômodo sério para nós, como está sendo para a Argentina, por exemplo. Nós estabelecemos certas metas que serão comuns. E, depois, você não consegue atingir algumas daquelas metas comumente acordadas, e que são razoáveis. Se você não consegue isso, o FMI suspende, o país pede um *waiver*, “perdão”. Uma palavra horrorosa, quer dizer, *waiver* não é bem perdão. E se o FMI não dá o *waiver*, então não faz o desembolso trimestral que ele deve fazer de acordo com os termos do acordo que ele fez com você. E, ao mesmo tempo, os bancos automaticamente o que devem fazer também naquele momento? Um desembolso. E não fazem o desembolso. Ora, do FMI nós devemos esperar mais ou menos US\$ 1 bilhão. Dos bancos, nós devemos esperar mais ou menos US\$ 10 bilhões. Então o FMI, que comanda um bilhão, passa a onze. Passa a comandar dez vezes mais. Havendo a desvinculação, se nós não atingirmos um objetivo, o FMI suspende o pagamento deles, e é só. Os dez bilhões continuam sendo normalmente desembolsados em parcelas como está acordado. O que significa que o poder do FMI reduz-se. Eu disse isso com todos os “esses” e “erres” ao senhor (Michel) Camdessus, ao senhor (James) Baker, a todos eles. Além do que, há um outro motivo: esse sistema é um convite à moratória. Porque o Brasil também firmou um princípio fundamental: é que esse negócio de dinheiro novo não existe. O que existe é financiamento de juros. Se há financiamento de juros, significa que o Brasil, para pagar juros, precisa ter um financiamento parcial de juros. Se não há financiamento, não há pagamento. Moratória não é um bicho de sete cabeças. Ora, se os bancos, de repente — porque o FMI suspendeu o pagamento —, também suspendem o pagamento, passa a não haver financiamento de juros, e o Brasil seria obrigado a suspender também seus pagamentos. Nós preferimos evitar isso. É muito mais lógico, diminui o poder do FMI e evita moratórias desnecessárias.

P.: Mas o país entra em choque quando se fala em FMI, lembra as monitoras que vinham aqui...

R.: Se o Brasil não quiser fazer acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que é que significa? Eu já disse o que significa agora: além de não ter havido esse acordo aqui, o Brasil ficaria com suas contas desclassificadas. Então, não havendo mais possibilidades de negociações com os bancos, o que significaria também mais adiante? Significa que nós não obteríamos mais dinheiro do Clube de Paris, que está condicionado. Nós não obteríamos mais dinheiro do EXIMBANK¹ e significa que nós teríamos muitos limites na obtenção de dinheiro do Banco Mundial. Não que nós não obtenhamos, mas teremos limites, vamos receber muito menos do que desejaríamos do Banco Mundial. Então, se nós não queremos ir ao FMI, significaria que nós tínhamos de fazer um confronto total com o sistema financeiro internacional privado e oficial. Eu acho que isso não é uma boa solução para o Brasil. Então nós temos de tentar uma solução intermediária de acordo, de negociação. Agora, não vou fazer nenhum acordo com o FMI que seja prejudicial aos interesses do Brasil.

P.: Passando para o plano interno: inflação, déficit público, salários. Dizem aí que o déficit caminha para 6% do PIB.

R.: Quanto ao déficit público, realmente, vai ser mais que 3,5%. Está sendo elaborado um novo relatório de atualização exclusivamente em relação ao déficit público, e nós fizemos um recentemente, que tinha dados até setembro. Agora temos dados até outubro e, como esse plano do déficit público é importante, só em relação ao déficit público deverá ser publicado brevemente um novo relatório que estabelece uma nova meta e dá novas informações sobre qual deverá ser o déficit público este ano. Será certamente maior que 3,5%, quanto ainda não sei. Quanto à inflação, o meu entendimento é que ela vai ser um pouco maior em novembro do que foi em outubro, mas eu creio que a inflação está ainda razoavelmente sob controle. Mas, claro, o essencial não está resolvido. Há dois problemas estruturais na economia brasileira: um é a dívida externa e o outro é o déficit público. Ou se você quiser colocar mais amplamente, é a crise fiscal, que é o déficit público e a dívida pública, interna e externa, que é imensa. Essas duas dívidas pesam sobre o déficit público. Só de

1. *EXIMBANK*: Export Import Bank, ou bancos oficiais dos países desenvolvidos que concedem financiamentos para importações e exportações. Por exemplo, o EXIMBANK norte-americano concede empréstimos para importações brasileiras dos Estados Unidos.

juros, sobre a dívida pública interna e externa, você paga quase 4% do PIB. Sobre a dívida externa, que pesa muito mais que a interna, você paga 2,3% do PIB.

P.: O senhor diz que os aumentos salariais acima de 10% reais seriam altamente inflacionários. Agora o senhor está colocando mais peso em cima do problema da dívida, do déficit...

R.: Não, não, não, não. A curto prazo haverá uma pressão inflacionária decorrente desses acordos salariais que estão sendo feitos. De quanto será essa pressão, ninguém sabe. Mas há uma pressão inflacionária, os acordos estão sendo feitos com aumento real de salários que me parece incompatível com a estabilidade de preços — não é bem estabilidade —, com o patamar de preços que nós estamos tendo. Disso eu não tenho dúvida.

P.: Percebo que quem trabalha no governo tem pelo menos dois times: um é contra o déficit e outro é a favor. E o time a favor do déficit é o mais forte ultimamente, não é, ministro?

R.: Eu acho que não. Acho que todo governo tem um time a favor do déficit. Eu estive, por exemplo, um mês atrás, na reunião do Fundo Monetário Internacional, e conversei com vários ministros da Fazenda dos países desenvolvidos: da França, da Itália, dos Estados Unidos, da Alemanha. E todos diziam que o grande problema deles era conter o déficit público e que os outros ministros sempre queriam gastar mais. O que é normal: um ministro precisa fazer obras, fazer realizações sociais, isso e aquilo. Tem sempre prioridade. Então, quem tem de estabelecer os limites é o ministro da Fazenda e o ministro do Planejamento. Isso não tem muita escapatória. Faz parte do jogo. Então isso está normal.

P.: Mas mesmo assim, percebe-se pela última reunião do Conselho Monetário, que ela foi uma reunião de gastos, não é?

R.: Eu acho que houve exagero. Por exemplo, houve um gasto, que não entra no déficit público, mas é um gasto que tem efeitos monetários, que é esse empréstimo que será feito à TRANSBRASIL. Foi considerado um programa de segurança nacional, então se resolveu dar esse empréstimo. Agora, quanto aos demais gastos, foram muito limitados para a agricultura, certos setores atingidos por seca, e sem dúvida menores que aqueles que estavam sendo solicitados, muito menores.

P.: Quer dizer que aquela história de que Iris Resende (ministro da Agricultura) disse, que ainda se negociaria a extinção da correção monetária nos empréstimos para o Nordeste, acaba por aí mesmo?...

R.: Não, o que está entendido, desde que foi definida a política de que não se faria nenhum empréstimo com isenção ou redução da correção monetária, é porque esse tipo de subsídio é como uma roleta russa. É um absurdo. Se a inflação é zero, o subsídio é zero. Se a inflação é 100%, o subsídio é grande. Se a inflação é 1000%, o subsídio é imenso, e assim vai. Agora, também ficou claro que, em certos casos na agricultura, especialmente no Nordeste, poderia haver um subsídio, mas deveriam estar previstos no orçamento recursos para isso, e se dará o subsídio de acordo com, por exemplo, uma porcentagem de financiamento. Eu dou o financiamento de 100, e 20 são subsidiados. Quer dizer, 20 você não paga, você fica devendo só 80 e aí paga correção monetária plena sobre os 80. Ou, agora, por exemplo, está sendo feito um subsídio previsto no orçamento para a irrigação do Nordeste. Então, dependendo do tamanho da unidade, você pode ter um subsídio para a irrigação, que é muito razoável que haja. Mas é feito caso a caso, examinando, quanto a pessoa gasta na irrigação, e, se for um pequeno produtor, ele tem um subsídio de até 50%, se não me engano. Isso é perfeitamente razoável, em qualquer país do mundo.

P.: Ministro, qual é a dificuldade de tornar concreto o corte dos subsídios?

R.: Há alguns subsídios, por exemplo, para a exportação, que são naturais e que devem ser mantidos. São subsídios que existem em todos os países do mundo. De forma que o exportador brasileiro ficaria em desvantagem se não tivesse esse subsídio. Agora, há subsídios setoriais e regionais, alguns dos quais já perderam em grande parte a sua função. Poderiam ser eliminados mas não são porque existem interesses muito grandes em mantê-los e até hoje não foi possível eliminá-los. Todos eles acham que têm motivos muito justos para isso. Mas acontece que nós temos uma crise fiscal e, nessa crise fiscal, uma coisa importante seria reduzir esses subsídios. Eu tenho insistido nisso, e espero que consigamos alguma coisa.

P.: Ministro, há uma escassez de fontes de financiamentos para novos investimentos. Como é que nós vamos resolver o problema dessas fontes de financiamento?

R.: A curto prazo não é fácil. O último artigo acadêmico que eu escrevi e que foi publicado na *Revista de Economia Política* recentemente, mas eu fiz antes de ser ministro, chamava-se “A Mudança no Padrão de Financiamento do Investimento no Brasil”, ou coisa parecida. E discutia exatamente esse problema.

Mostrava que o grande problema que existe no Brasil, que aliás está reproduzido na estratégia básica do Plano de Controle Macroeconômico, é que o Estado brasileiro perdeu a sua capacidade de poupança. O Estado brasileiro poupava cerca de 7 a 8% do PIB em meados dos anos 70 e hoje poupa zero. E continua fazendo investimentos de 5% do PIB, investimentos em áreas absolutamente essenciais como petróleo, transporte, energia elétrica, siderurgia, comunicações, além dos investimentos sociais. Então, aí surge o déficit público, que é perto de 5% do PIB. Para nós resolvermos esse problema, teríamos que recuperar a capacidade de poupança do Estado. Essa capacidade de poupança do Estado diminuiu por quê? Dois por cento dessa capacidade em relação ao PIB decorreram da redução da carga tributária bruta. E o resto decorreu da redução da carga tributária líquida, ou decorreu em grande parte do aumento dos juros sobre a dívida pública. Os juros sobre a dívida pública interna e principalmente externa somam perto de 4% do PIB. Além disso, um outro problema que levou à redução da capacidade de poupança do Estado foi a redução dos preços das empresas públicas, especialmente a siderurgia, mas também a energia elétrica e também o petróleo. Essa redução em termos reais, o atraso nesses preços, provoca uma redução da poupança. Então nós teríamos de recuperar isso. E além disso houve um aumento de 1% do PIB, mais ou menos, nos subsídios. Ao invés de diminuirmos os subsídios, aumentamos um pouco. E tudo isso somado é que dá a crise fiscal.

P.: E qual é a solução para essa equação, ministro?

R.: A solução é uma solução de que ninguém gosta: nós temos que aumentar impostos, em certos setores, e é fundamental que, aumentando impostos, nós não aumentemos impostos sobre os salários e não aumentemos impostos sobre as empresas, especialmente as empresas que investem. Agora, para o resto nós temos que aumentar impostos. Por exemplo, deve haver um imposto sobre patrimônio líquido, vai ser pequeno, muito pequeno, mas seria importante que houvesse um imposto neste sentido, seria muito importante que o imposto sobre os rendimentos do capital também fosse progressivo, como é o imposto sobre o rendimento do trabalho. Por que só o imposto sobre o rendimento do trabalho é que é progressivo, e não o do capital? Não é justo. Então nós precisaríamos fazer isso, precisaríamos fazer um imposto mais completo sobre ganhos de capital. São valorizações de ativos, que é o grande capital, então. Se fizermos isso, estare-

mos fazendo um aumento da carga tributária que não prejudicará os assalariados, que já estão bem tributados. Podemos até, quem sabe, reduzir um pouco a tributação sobre eles, que não prejudicará os investidores. Isso é fundamental.

P.: A base de tributação no Brasil é muito pequena, por isso é que a carga tributária é pesada. Qualquer solução de aumento de imposto vai atingir, queira ou não, cinco milhões de pessoas, que, de uma forma ou de outra, serão...

R.: Não se pode esperar grandes aumentos de receita com aumento da carga tributária. De fato, a base tributária é pequena no Brasil. Agora, se você comparar a carga tributária brasileira com a carga tributária de países em estágio semelhante de desenvolvimento, especialmente nos países do Sudeste Asiático, você vai verificar que a carga tributária brasileira é significativamente menor. É claro que, se você comparar com países desenvolvidos, a carga tributária brasileira é muito maior, mas aí também porque a base tributária deles é muito maior. Então, o aumento de carga tributária tem de ser feito com muito cuidado. Há limites claros para isso, mas, evidentemente, que é fácil perceber pelos padrões de consumo da sociedade brasileira que existe campo para o aumento da carga tributária. Claro que o Brasil não é um país rico e, portanto, ninguém pode querer aumentar impostos indiscriminadamente. Temos de aumentar os impostos de forma que fiquem mais justos, porque uma coisa também muito importante é lembrar o seguinte: o Brasil tem a distribuição de renda mais injusta do mundo. Poucos países do mundo têm distribuição de renda mais desigual do que a brasileira. E nós sabemos que há duas formas de corrigir uma distribuição de renda: uma é através de salários. Essa estratégia é limitada, especialmente porque, quando você aumenta os salários, você diminui os lucros, e, diminuindo os lucros, você reduz os investimentos. Claro que você pode aumentar os salários e reduzir os rendimentos dos rentistas, que vivem de aluguéis ou de juros, mas aí também é muito difícil, porque os juros, infelizmente, no Brasil têm que ser um pouco mais altos que os juros no exterior, senão há fuga de capitais, por exemplo. Claro que você também pode tentar aumentar mais os salários das pessoas mais pobres do que dos mais ricos. Isso já foi tentado no Brasil algumas vezes, e depois a classe média reage porque os serviços que a classe média recebe do Estado são muito poucos. Toda a classe média, por exemplo, educa os filhos em escolas particulares. Isso não acontece nos Estados Unidos, não acontece na França, não acontece

na Inglaterra, onde toda a educação para a classe média e até para a classe alta é feita pelo governo. Em alguns casos, não. Então, fazer a distribuição de renda via salários é possível, mas é limitado. A outra grande estratégia, que é a estratégia que realmente deu enormes resultados, nos países desenvolvidos, especialmente países desenvolvidos que tiveram governo social-democrata, é através do sistema tributário. Você fazendo o sistema tributário mais progressivo, que realmente onere os mais ricos e não os mais pobres, você consegue uma distribuição de renda consideravelmente melhor. Isso aconteceu na Suécia, na Inglaterra, isso vem acontecendo mais recentemente na França, isso aconteceu muito na Áustria, e nós tínhamos que chegar a isso também.

P.: O senhor não acha que, basicamente, antes de qualquer aumento de carga tributária, seria necessário fazer uma correção na máquina do Estado, quer dizer, evitar o desperdício, corrigir, fazê-la funcionar?

R.: Eu não acredito que se possa. Sou muito contra a idéia de que se tem que fazer antes uma coisa para fazer a outra depois. Quando você começa a fazer isso, você não faz nada. Isso é uma filosofia geral que eu aprendi em toda a minha vida administrativa, em todos os setores. Agora, não há dúvida nenhuma de que existem desperdícios no gasto público. Especialmente no gasto público social. No gasto público de investimento das empresas estatais não há muito desperdício. Há alguns salários excessivos nas empresas estatais, sem dúvida, mas não há muito desperdício. Agora, no caso social existe desperdício, e o motivo essencial disso é a excessiva centralização do gasto público social. A União ainda hoje, por exemplo, faz gastos sociais importantes, quando o gasto social deveria ser feito fundamentalmente por estados e, principalmente, municípios. É por isso que a reforma tributária que está sendo feita pela Constituinte é importante. A linha geral de aumentar a receita nos estados e municípios é correta porque, no município, a descentralização aumenta enormemente a eficiência, e diminui os canais burocráticos, os intermediários burocráticos, através dos quais se perde uma boa parte do gasto social.

P.: Os empresários mantêm-se relutantes em investir. Qual é a perspectiva da economia brasileira nos próximos quatro anos?

R.: Essa sua pergunta revela as nossas perplexidades e o nosso pessimismo. O Brasil nunca viveu um clima de tanto pessimismo quanto hoje. Eu realmente não me lembro. Isso decorre da estagnação em que nós estamos há sete anos. A renda *per capita*

não cresce há sete anos praticamente. Isso decorre da desilusão, do fracasso do Cruzado. Isso decorre de uma série de fatores. Agora, nós temos que vencer isso de alguma forma. Nós temos que ter coragem de vencer os desequilíbrios fiscais e resolver o problema da dívida externa de uma maneira mais adequada e de voltar a investir. São todas coisas que têm que acontecer mais ou menos simultaneamente. Se quisermos também esperar primeiro resolver o problema fiscal e resolver o problema da dívida externa, para depois resolver o problema dos investimentos, aí nós não resolvemos nada.

P.: Ministro, parece que o Estado esgotou sua capacidade de investir. Ela está momentaneamente esgotada. Mas o setor privado tem capacidade de investimento e não investe. Será que está acontecendo no Brasil o que os monetaristas chamam de *crowding out*, com o Estado tomando os recursos que o setor privado tem em mãos para investir?

R.: Existe algum *crowding out* no Brasil. O fato de você ter um déficit público muito grande provoca uma elevação da taxa de juros, que é a consequência do *crowding out*. Agora, os investimentos do Estado são inevitáveis. Não há a solução da privatização? Claro que há. A solução de privatização é de longo prazo. Não existe ainda a poupança no Brasil para que se possa vender para o setor privado a siderurgia que seria prioritário privatizar, muito menos a parte de energia elétrica e de petróleo. Então, enquanto isso, o Estado tem de investir. Aliás, a economia brasileira continua funcionando razoavelmente com os investimentos do Estado no setor de aço, de petróleo, de energia elétrica, que continuam sendo realizados com certas limitações.

P.: Não seria o momento de colocar a questão de maior abertura da economia brasileira? Há muitas ineficiências na economia brasileira porque ela é fechada, não tem competição.

R.: Há duas formas de abertura: uma coisa é a abertura ao investimento estrangeiro. O Brasil é muito aberto ao investimento estrangeiro. Só limita o investimento estrangeiro um pouco em bancos e um pouco em informática. Em outros setores, não há praticamente nenhuma limitação. Agora, mais importante é o problema da abertura do Brasil ao comércio exterior. Isso eu acho muito importante, e nós estamos, no Ministério da Fazenda, especificamente na Comissão de Política Aduaneira, que pertence ao Ministério, a fazer uma grande reforma tarifária² no Brasil.

2. *Reforma tarifária*: algumas das propostas lançadas nessa época acabaram vin-

O que nós temos é uma velha lei de tarifas de 1957, que agora completou 30 anos, e que nunca foi reformada. O sistema tarifário foi perdendo importância. E, hoje, a forma de proteção da indústria nacional e de controle das importações é feita fundamentalmente através de técnicas administrativas, de cotas de importação, de autorizações, de guias de importação feitas pela CACEX. Ela faz isso bem feito, mas sempre há falhas. Então a idéia é se reestruturar isso até o final do ano, reestruturar todo o sistema tarifário brasileiro e basear a proteção no sistema tarifário, que é muito mais voltado para o mercado, do que no sistema de controle administrativo, que será reduzido. Isso está em pleno processo, depois vem a segunda etapa, que é começar a reduzir tarifas de importação e aumentar a competição interna.

P.: E do lado das exportações? Cerca de 40% do nosso superávit vem do comércio com os Estados Unidos. E eles agora terão que tomar alguma medida para reduzir o seu déficit comercial.

R.: As perspectivas para o próximo ano não são muito brilhantes sob esse aspecto, você tem toda razão. E nós não sabemos qual será a recessão americana, se vai ocorrer mesmo, é provável, mas não é certo; se ocorrer, nossas exportações serão prejudicadas. Mas eu creio que um superávit de US\$ 10 bilhões, que é o que nós prevemos para o próximo ano, basicamente o mesmo deste ano, será viável.

P.: Quais as correções efetivas que terá que fazer em seu programa? Na medida em que se trabalhava com previsões de inflação um pouco abaixo do que temos?

R.: Eu tenho que tomar medidas muito fortes contra o déficit público. Esse é o grande inimigo que nós temos que enfrentar. Em matéria de política salarial, infelizmente não há muita coisa. Ou nós voltamos a um regime autoritário de impor limitações rígidas aos assalariados, o que eu acho difícil, ou então nós ficamos com a política de negociação e tentamos evitar os aumentos de preços via não-transferência, não-repasse para aqueles produtos que estiverem controlados pelo CIP.

P.: A URP continua...

R.: Agora, o que nós sentimos nessas negociações recentes é que os empresários aumentam os salários com muita facilidade. Há um clima de inflação neste país que é desanimador, eu diria.

gando no ano seguinte. As tarifas aduaneiras impõem impostos de importação, tornando mais, ou menos, atraente a compra de um produto no exterior.

P.: Acho que o primeiro empresário que aumentou seus salários com muita facilidade foi o Banco do Brasil.

R.: É verdade, eu não tenho escondido isso. Mas veja, o que aconteceu lá foi o seguinte: em março deste ano (87), foi tomada uma decisão completamente errada de se estabelecer isonomia, essa é uma maldita palavra, entre os salários do Banco do Brasil e do Banco Central. E foi feito um aumento para o Banco do Brasil por causa disso. E esse aumento do Banco do Brasil significou que os salários do Banco do Brasil foram equalizados com os do Banco Central, em termos de base, mas como as gratificações, as comissões do Banco do Brasil são maiores, o salário do Banco do Brasil ficou maior do que o do Banco Central mais ou menos 15%. Então em maio o Banco Central resolveu que devia, em nome de isonomia, esta bendita isonomia, ajustar em 15% os seus salários. Aí cometeu um erro. Em vez de ajustar as bonificações e gratificações, ajustou no salário base. Aí o Banco do Brasil voltou a dizer “eu quero esses 15% de volta” e aí o Tribunal disse “vai ter, de qualquer jeito”. E aí esses 15%, somados aos 10% que tinham sido concedidos em março, e mais a inflação do período, e mais os 4% que o Tribunal do Trabalho há algum tempo vem dizendo que é a produtividade, que é uma coisa que não tem nenhum sentido, deu os 45%, uma loucura...

P.: Ministro, o senhor acha que querer convencer os brasileiros que 10% de aumento real de salário são suficientes e cobrem as perdas de todo esse tempo — esse argumento contém alguma coisa para convencer alguém?

R.: O problema não é convencer. Existe uma coisa chamada realidade econômica. E a realidade é que o Brasil está estagnado economicamente. Que a renda *per capita* no Brasil não cresce há sete anos. E se a renda não cresce há sete anos, os salários não vão crescer. É muito difícil, é praticamente impossível que os salários cresçam em termos reais, médios, se a renda não cresce. Esse é um dado objetivo e concreto. E a economia tem uma porção de fórmulas para — uma das quais é a inflação, infelizmente — impedir que os salários cresçam de acordo com a nossa vontade. Eu gostaria muito que os salários crescessem bastante. Salário só cresce quando tem crescimento econômico. Não tem outro jeito. Os salários hoje estão no nível semelhante ao nível de 85. Em 86 houve aquela grande embriaguez do cruzado. Os salários cresceram demais, os lucros cresceram demais, tudo cresceu demais. Mas era tudo artificial. E tudo caiu feito carta de baralho.

P.: Parece que nós estamos numa situação bem perversa. Ou o

crescimento econômico ou o crescimento dos salários. Não acha que é possível fazer as duas coisas em conjunto?

R.: Temos que crescer a economia e o salário juntos. Não há perversidade nenhuma nisso. Tentar fazer os salários crescerem mais que a produção, e a produtividade particularmente, é impossível. Ou quase impossível. E crescer a produção mais que os salários, é possível. Aí é quando você concentra a renda, mas eu acho que o Brasil já passou também a fase de precisar de concentração de renda para crescer. Depois dos estágios iniciais na vida econômica de um país, depois que concentra renda para permitir a concentração de capital começa a desconcentração da renda. Eu acho que nós devíamos estar agora na fase da estabilização, em que salários e lucros deveriam crescer mais ou menos conjuntamente e a massa de acumulação permanecesse...

Entrevista a Armando Ourique, da *Folha de S. Paulo*, de 22.11.1987.

P.: O Brasil efetuará pagamentos de juros sobre a dívida de médio prazo de primeiro de janeiro, sem ter concluído o acordo definitivo com o comitê assessor dos bancos privados?

R.: O Brasil não vai pagar juros com recursos tirados de suas reservas. A retomada desses pagamentos só ocorrerá após a conclusão do acordo final com o comitê assessor. Não posso pagar juros sem ter um financiamento adequado para estes desembolsos. Para 1988, o Brasil precisa de "recursos novos" correspondentes a 60% do pagamento de juros. Isto ficou claro na negociação do acordo interino. Sem o prévio financiamento dos juros, o Brasil não paga. Se pagasse, seria uma atitude irresponsável.

P.: O Brasil então continuará em moratória?

R.: Estou pessimista em relação a isso. O pagamento dos US\$ 500 milhões do acordo interino, que o país efetuará até 31 de dezembro, não é o fim da moratória. O Brasil não ficará corrente (em dia) no pagamento de juros após primeiro de janeiro tirando de suas reservas. Por isso, eu insisto com o comitê assessor em dois pontos: que o acordo final fosse concluído em 31 de dezembro e que os recursos da segunda *tranche* (parcela) do acordo interino (de US\$ 2 bilhões dos bancos e de US\$ 1 bilhão do Brasil) fossem usados para o pagamento de juros de janeiro a junho de

1988. O comitê não aceitou esses dois pontos. O problema é deles. O comitê disse que não haveria tempo para concluir as negociações em 31 de dezembro. Fixaram a data de 15 de janeiro. Não aceitaram que os US\$ 3 bilhões da segunda *tranche* fossem usados para manter corrente o pagamento de juros de janeiro a junho de 1988. Foi estabelecido que essa *tranche* seria para pagar os juros de fevereiro a setembro de 1987. O problema é deles. P.: O Brasil, portanto, estará em moratória no primeiro semestre de 1988?

R.: Nos primeiros dias de 1988 os jornais vão publicar manchetes de que o Brasil voltou à moratória. Será uma notícia que não mereceria manchete de jornal. Se não pudermos sair da moratória teria sido por esses motivos que mencionei. O importante é que o Brasil está de boa-fé e querendo concluir logo as negociações. Na atual situação, moratória é a coisa mais normal do mundo. Devemos estabelecer um princípio fundamental de não pagar juros quando o país devedor não tem financiamento. Nessa situação, em que não existe mercado voluntário de empréstimos para os países endividados, só se deve pagar juros com acordo firmado de financiamento. Pagar juros enquanto se negocia, perdendo portanto reservas, é um negócio irresponsável. O desembolso de US\$ 500 milhões que o Brasil estará fazendo até 31 de dezembro de fato é um pagamento simbólico. O Brasil não está com isso suspendendo a moratória.

P.: Alguns representantes do comitê dos bancos, entretanto, acreditam que o Brasil poderá fazer um superávit comercial suficiente durante o primeiro semestre para manter os pagamentos de juros correntes sem financiamento e sem exaurir suas reservas.

R.: Para pagar juros, o Brasil precisa ter o financiamento de 60% desses desembolsos e acabou. Os bancos sempre vão dizer que podemos fazer um superávit maior para pagar os juros. Mas nossas possibilidades já estão dimensionadas. O subcomitê de economia do comitê assessor está agora discutindo em Brasília se a necessidade de financiamento para 1988 é de 60% do pagamento de juros ou de 58% ou de 56%. Essa é uma boa discussão. Mas definitivamente, o Brasil não pode pagar juros sem ter um financiamento muito perto dos 60%.

P.: Existe a data-limite de 15 de janeiro para a conclusão das negociações com o FMI?

R.: De forma alguma. As negociações com o FMI devem terminar muito após essa data. Quinze de janeiro é a data para a conclusão das negociações com o comitê assessor. Os bancos podem

estar dizendo que 15 de janeiro é a data para a conclusão das negociações com o FMI porque eles não se conformaram ainda com a idéia de que os desembolsos de recursos do FMI e dos bancos estarão totalmente desvinculados. Eles continuam relutantes em aceitar essa idéia.

O Brasil, no entanto, mantém cinco pontos que são inegociáveis para a conclusão de um acordo. Estes pontos são: 1. desvinculação clara, total e precisa dos desembolsos de recursos do FMI e dos bancos credores; 2. autorização para conversão da dívida em títulos de longo prazo com taxas de juros mais baixas; 3. taxa de risco (*spread*) menor do que foi fixada nas negociações com a Argentina e o México (13-16 de 1%); 4. um teto sobre a taxa de juros; 5. um volume adequado de "recursos novos".

Se os bancos não quiserem aceitar esses cinco pontos, é melhor que eles nem sentem à mesa. Seria perda de tempo. Agora, é evidente que o percentual do teto da taxa de juros e o volume adequado de recursos são questões negociáveis. Eu não posso querer tudo. O ideal seria ter *spread* negativo e 100% de conversão da dívida em títulos de longo prazo. Mas isso não é possível. P.: Por que o Brasil precisa de autorização para a conversão da dívida em títulos de longo prazo?

R.: É porque existe uma cláusula deixada por acordos anteriores, chamada de *sharing clause*, nos contratos da dívida. Afirma que nenhum banco pode ter tratamento privilegiado ou diferenciado em relação aos demais. Portanto, da forma que os contratos estão redigidos, não posso fechar acordos em separado de conversão em títulos de longo prazo, mesmo que esses acordos sejam voluntários e que sejam oferecidos a todos. Para haver isso, é preciso que o conjunto dos bancos conceda uma autorização. Que conceda um *waiver* a essa cláusula.

P.: Que tipo de acordo o Brasil negociará com o FMI?

R.: Será um acordo *stand-by*, mas com a completa desvinculação entre os desembolsos dos recursos do FMI e dos recursos dos bancos. (Se o Brasil não cumprir uma meta de desempenho prevista no programa de ajustamento econômico do acordo *stand-by*, o FMI, nos termos desse tipo de acordo, suspende o desembolso dos seus recursos, mas, diante da desvinculação entre os acordos, os bancos não deixariam de desembolsar os seus recursos.) Esta é uma inovação, já que em todos os demais acordos *stand-by* houve vinculação entre os desembolsos do FMI e dos bancos.

O Brasil, entretanto, não abrirá mão desse ponto. A função do FMI não é ser polícia do mundo. Os próprios funcionários do FMI não gostam de exercer essa função. O papel do FMI no caso de países-membros em dificuldades de balanço de pagamentos é de ajudá-los, de orientá-los, de contribuir com recomendações de política econômica para a resolução dos seus problemas. Não é de exercer o poder do tapape. Não é de punir o descumprimento de metas com a suspensão de desembolsos que venha determinar também a suspensão dos desembolsos dos bancos.

P.: O que o Brasil pretende da reunião de cúpula dos oito presidentes latino-americanos que estará sendo realizada esta semana na Cidade do México?

R.: Esperamos uma comunicação desta reunião com tomada de posições dos países reunidos. Preferimos não incluir referências sobre o que os outros devem fazer. Deve ser um comunicado sobre o que devemos fazer sobre questões que estão em nossa alçada. Espero que o comunicado contenha a declaração de que os países endividados não devem efetuar pagamentos de juros sem o financiamento de parte desses desembolsos por parte dos bancos.

Entrevista a *O Estado de S. Paulo*, de 28.11.1987.

P.: Ministro, o que se pode esperar de novo nesta reunião (Aca-pulco, México, de oito países latino-americanos) em termos de dívida externa?

R.: Se as propostas que o Brasil, Argentina e México estão fazendo para o documento forem aprovadas, será um documento importante; será um documento que definirá uma posição dos oito países, dizendo que a dívida externa é um problema fundamental; que a forma de negociá-la não vem resolvendo os problemas desses países, não vem tornando compatível o crescimento econômico com o pagamento da dívida e que, portanto, é preciso encontrar novas fórmulas.

P.: O fato de esses países apresentarem fórmulas distintas para negociarem a dívida não é um empecilho para uma posição comum?

R.: Não é porque não se trata aqui de nenhuma posição comum negocial. Trata-se de todos os países tomarem posição comum em suas respectivas negociações. Então, se depois desta reunião, definindo-se que só se paga juros quando há financiamento, se

um país continua pagando juros sem financiamento e, portanto, vendo suas reservas serem reduzidas violentamente, ele não estará cumprindo o que aqui foi decidido. Mas haverá espaço para negociações particulares específicas.

P.: Novos planos para o Brasil, para a situação interna?

R.: Nós vamos fazer uma reforma tributária³. Essa reforma tem o objetivo de tornar mais justos os impostos no Brasil. Os assalariados pagam impostos, enquanto os que recebem rendimentos do capital pagam muito pouco. Essa frase “salário não é renda”, não é bem isso, mas indica bem a necessidade de se fazer um sistema tributário que seja mais justo. Estamos colocando na tabela progressiva todos os rendimentos de capital, criando um imposto sobre patrimônio líquido e aperfeiçoando imposto sobre ganhos de capital. Por outro lado, estamos reduzindo o Imposto de Renda dos assalariados. E de duas maneiras: reduzindo a tabela, reduzindo as alíquotas de pagamento de imposto, e, em segundo lugar aumentando o nível de isenção.

Entrevista a Cida Fontes, de *O Globo*, de 29.11.1987.

P.: Depois de sete meses no comando da economia, o senhor tem alguma frustração?

R.: Sinto de parte da grande maioria da sociedade uma incompreensão básica da crise que vivemos. Os trabalhadores não se conformam porque seus salários estagnaram desde 1980 e essa situação não mudará enquanto a economia não voltar a crescer.

Os empresários também não se conformam porque seus lucros e investimentos não aumentam em termos reais desde 1980. Essas duas categorias, juntas, não se conformam porque o setor financeiro aumentou sua participação na renda, o que é uma das coisas perversas da economia brasileira. E o próprio setor financeiro não se sente tranqüilo porque percebe que é beneficiário da crise, mas não se sente seguro porque a inadimplência do setor privado e do próprio governo aumenta a todo instante. Aí desconfia que seu lucro é falso. Se os trabalhadores, a classe média e os empresários percebessem a natureza da crise, talvez reivindicassem menos e procurassem mais construtivamente ver solu-

3. *Reforma tributária*: também aqui, algumas das propostas, consideradas então sem sentido, tornaram-se viáveis um ano depois.

ções para a própria crise que permitiriam a retomada do crescimento econômico, uma razoável estabilidade de preços e maiores investimentos. Por outro lado, existem também os políticos, prefeitos, governadores e ministros.

P.: Mas o senhor é um forte defensor da teoria de que a inflação deriva do conflito distributivo...

R.: O que estamos assistindo desde 1980 é ao acirramento desse conflito, porque os trabalhadores deixaram de ter seus salários aumentados. Aliás aumentaram e depois caíram. Eles ficam inconformados e querem recuperar, e isso dá inflação.

Outro fator inflacionário é que a crise política e econômica faz com que o governo perca credibilidade e legitimidade. Então tudo que você faz não é levado a sério. Quando se fez o Plano Macroeconômico, todos os empresários e jornais diziam que em hipótese alguma o governo atingiria as metas de déficit público. Era muito cedo para se dizer isso. A descrença da sociedade leva ao aumento da inflação e, conseqüentemente, ao aumento do déficit público, que se torna ao mesmo tempo causa e consequência da inflação.

P.: Por que o senhor acha que o parlamentarismo seria melhor para o Brasil?

R.: Se pegarmos todos os países de democracia sólida no mundo vamos ver que só um é presidencialista. Se examinarmos os países asiáticos com grau de desenvolvimento econômico semelhante ao da América Latina, vamos ver que lá todos são parlamentaristas e aqui somos presidencialistas. E lá a estabilidade política é maior que aqui. A Índia, por exemplo, um país de centenas de dialetos e várias religiões, desde a independência nunca teve um golpe de Estado. Tem um regime parlamentar estável.

P.: Os defensores do presidencialismo argumentam que o Brasil não tem estrutura partidária e administrativa para garantir o parlamentarismo.

R.: Isso é falso. No Brasil já tem uma tecnoburocracia razoavelmente estabelecida. Há muita coisa a fazer para aperfeiçoá-la. Existem carreiras no Tribunal de Contas, de funcionários do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que dão certa estabilidade à estrutura administrativa do Estado brasileiro. Quanto aos partidos, é impossível serem fortes no presidencialismo. Os Estados Unidos não têm partidos fortes, eles são fracos. Eles só são fortes no parlamentarismo, porque aí a pessoa vota no partido sabendo que aquele partido é que vai escolher o primeiro ministro.